



REVOLUÇÃO FARROUPILHA — DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS

Cláudio Moreira Bento

INTRODUÇÃO

De 1835-45 teve lugar no Rio Grande do Sul, então Província do Rio Grande de São Pedro, a Revolução Farroupilha. Ela foi resultado, segundo interpretações dominantes, de insensibilidade política do Governo central e intolerância do provincial, em defesa de interesses do que na época eram classificados de "galegalidade", ou lei dos galegos ou portugueses, que ainda exercia grande influência no Brasil, em que pede a Independência, em 7 de setembro de 1822.

Segundo o historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, esta revolução "foi a mais importante das guerras civis sul-americanas pela sua longa duração, be-

leza de seus ideais e valor de seus campeões".

Nela teve início, em 20 de setembro de 1835, com a conquista farrapa de Porto Alegre, o longo processo revolucionário gaúcho que depois de transitar pelas revoluções de 1893, 1923, 1924-26 e 1930 teve seu epílogo, segundo Osório Santana Figueiredo, em 20 de setembro de 1932, no combate de Cerro Alegre, em Piratini, com a prisão, seguida de exílio, em Pernambuco, do Dr. Augusto Borges de Medeiros.

Esta revolução consagrou, aos 37 anos, como Pacificador da Família Brasileira, ameaçada de dividir-se pelas lutas fratricidas do período 1831-45, e como estrategista e tático, consumando-o maior de nossos Generais, Luís Alves de

Lima e Silva, o Duque de Caxias e atual Patrono do Exército Brasileiro.

PRINCIPAIS FONTES PARA ESTE ESTUDO

As operações ao nível estratégico se desenvolveram em cinco fases distintas, segundo interpreto, com apoio na análise crítica das seguintes obras apresentadas em ordem cronológica:

1. ARARIPE, Tristão de Alencar. "Guerra Civil no Rio Grande do Sul". *RIHGB*, Tomo 43, Parte 2, 1880.
2. ASSIS BRASIL, J. F. *História da Revolução Rio-grandense*, São Paulo, 1887.
3. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Alm. Lit. e Estat. do RGS*, Rio Grande, Liv. Americana, 1889-1917.
4. VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1933, 6v.
5. LAYTANO, Dante. *História da República Rio-grandense*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1936.
6. FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1939.
7. FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do RGS*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1958, 5ª ed.
8. CALMON, Pedro. *História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1959, 7v.
9. SPALDING, Walter. *A Epopéia Farroupilha*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1963.
10. FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*, Porto Alegre, Martins Livreiro et alii, 1984.

Foram consultados os *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*; a coleção do Jornal *O Povo e Ordens do Dia e Ofícios do Barão de Caxias no período 1842-1845*; "Apontamentos", de Ma-

noel A. da Silva Caldeira, e "Memórias", de Chico Pedro, publicados na *RIHGRGS* em 1827 e 1921 etc.

1ª FASE VITÓRIA DA REVOLUÇÃO

20 de setembro de 1835

a 15 de janeiro de 1836

(cerca de 4 meses)

Consistiu na tomada de posse pelos revolucionários de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as principais lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigados a imigrar. O Presidente da Província deposto havia-se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou assim todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários, que colocaram na Presidência da Província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro e deputado) e, no local do Comandante das Armas, o Coronel Bento Manuel Ribeiro, há pouco destituído do Comando da Fronteira do Rio Pardo.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando a situação em que os Comandantes das Armas e da Fronteira do Jaguarão, principais reações esperadas, estavam em suas estâncias, crenes de que o líder político militar do movimento, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da

Guarda Nacional da Província, encontrava-se em Corrientes, na Argentina, em licença. O Governo central era exercido pelos liberais.

2ª FASE

REPÚBLICA RIO-GRANDENSE PROCLAMADA E INSTALADA É OBRIGADA A IMIGRAR

15 de janeiro de 1835

a 28 de março de 1837

(cerca de 14 meses)

Com a nomeação do novo Presidente da Província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo Governo central, esta autoridade assumiu o Governo na Cidade do Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, ponto estratégico militar que retornou ao controle do Governo central através de hábil manobra política. Ponto estratégico que serviu para o Governo, no Rio, introduzir, via marítima, importantes reforços militares terrestres e navais, para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a Revolução. Aderiu à causa legal o Coronel Bento Manuel Ribeiro, fator importante que evitou o ataque de reconquista da Cidade de Rio Grande pelos revolucionários.

No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt¹ houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves, líder político-militar, e João Manoel de Lima e Silva, Comandante das Armas da Revolução. O primeiro foi favorável à concentração para derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir a Cidade de Rio Grande. O segundo foi favorável ao investi-

mento, a um só tempo, de Bento Manoel, na Campanha, e da Cidade de Rio Grande. Dessa hesitação decorreu serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre, em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe-de-mão pelo então Major Manoel Marques de Souza, seguido da prisão do Governo revolucionário enviado para o Rio. Isto provocou a desistência de João Manoel de investir Rio Grande e, pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na Ilha do Fanfa. Este fato ocorreu quando retirava-se de Porto Alegre, numa frustrada tentativa de reconquistar aquela Capital ou mantê-la sob sítio terrestre.

Neste quadro extremamente adverso, o Coronel Antônio de Souza Netto, com sua Brigada Liberal, bateu, em Seival, em 10 de setembro de 1836, a força legal de Silva Tavares, proclamado no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguaraão, e a seguir pela de Piratini.

Pressionados por Bento Manoel, os chefes João Manoel e Antônio Netto reuniram suas forças em Piratini, na Serra dos Tapes, escolhida Capital da República Rio-grandense, para a instalarem e estruturarem seu Exército.

Em 4 de dezembro de 1836, sob pressão de Bento Manoel, a República Rio-grandense e o seu Exército foram obrigados a se internar no Uruguai. Deixaram o Rio Grande sob controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi

escolhido o Presidente da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército, quando se encontra preso no Rio de Janeiro.

Assumiu então a liderança militar farrapa o Coronel Antônio Netto, em substituição ao primeiro General da República, João Manoel de Lima e Silva, que se internou no Uruguai para tratar de ferimento no rosto, recebido no combate de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836, em Pelotas. Pois, já se assinalava, nesta altura, reação à sua liderança militar, por estar em condições de saúde precárias.

3ª FASE

RETORNO DA REPÚBLICA DO URUGUAI PARA VIVER SUA

FASE ÁUREA

28 de março de 1837
a 18 de julho de 1839
(cerca de 27 meses)

Desinteligências entre o Presidente da Província, Brigadeiro Antero Ferreira Brito² e o seu Comandante das Armas, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da Revolução.

O Presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir seu Comandante das Armas. Mas este antecipou-se e prendeu o Presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete. Assim, Bento Manoel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória, como fiel da balança e

novo ponto de inflexão da guerra em favor da Revolução.

Os republicanos então retornaram ao Rio Grande. Restabeleceram a Capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio, em 13 de maio de 1837, a Capital de Porto Alegre. Este sítio se prolongaria por 3 anos. Conquistaram Triunfo, em 15 de agosto. Três dias depois, em São Borja, teve lugar a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do General João Manoel Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio do futuro Duque de Caxias.

Os republicanos, ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre, objetivaram estrategicamente, segundo interpreto:

1) Fixar importantes efetivos na Capital.

2) Impedir apoio mútuo terrestre (Rio Grande — Porto Alegre).

3) Impedir envio de reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre, pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina.

4) Impedir expansão de pontos fortes terrestres, com apoio naval ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando assim a livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande.

5) Melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de agentes republicanos infiltrados.

6) Assegurar ali a articulação da Campanha com a região serrana (Cima da Serra) e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto sentido estratégico do sítio republicano, em Porto Alegre, que, por cerca de 3 anos, o esforço militar imperial empenhou-se em levantá-lo. Desempenhou então destacado papel, para defender e apoiar logisticamente Porto Alegre sitiada, o seu filho, o Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, no comando do célebre Esquadrão da Barra e depois 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Tal ação ele a exerceu a partir de outubro de 1837, através do Forte da Picada ou de Chico Pedro, que estabeleceu como sua base de operações em ilha, na foz do rio Jacuí com a Guaíba, ligado à margem oposta do porto de Porto Alegre, por uma picada.

A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da Lagoa dos Patos até o rio Camaquã e, ao longo do rio Jacuí até Rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes-de-mão sobre os republicanos, inquietando-os, aprisionando-os e trazendo gado para alimentar as tropas, a população e os hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a capacidade de resistir da Capital. Atuou como uma espécie, hoje, de tropa de fuzileiros navais, transportando-os, inclusive, pela barca a vapor *A Liberal*, pioneira, no Brasil, em operações militares e construída em Pelotas, em 1832.

Toda essa movimentação revolucionária de 2 anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o Governo central nas mãos do Partido Liberal. Neste período, foram enviados ao Sul 1.904 homens, que representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a Pacificação.

Assumindo o Governo o Partido Conservador, foi intensificado o combate à Revolução, com envio de reforços, até abril de 1939, no total de 5.772 homens, cerca de 30% do total enviado até a Pacificação.

Em fevereiro de 1838, o Presidente, General Elzeário de Miranda Brito, visando a derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre, executou a seguinte manobra: Embarcou suas tropas em Porto Alegre e as desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Cai, Sinos e Gravataí, tentou cair sobre os sitiados, pela retaguarda. Estes, ao comando do Coronel José Mariano de Mattos, levantaram o sítio e retraíram para Cima da Serra, de onde avançaram sobre Lages, em Santa Catarina. Bento Gonçalves pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo General Elzeário ao longo do Jacuí, até Rio Pardo. Esta cidade foi retomada pelos imperiais em março de 1838. Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo, em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória das que obtiveram. Logo a seguir, restabeleceram o sítio de Porto Alegre.

A segunda tentativa do General Elzeário de desbordar os sitiados

tes foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos, em Cai, em 1.º de fevereiro de 1839, ao comando do General Bento Manoel Ribeiro.

No campo naval os imperiais desalojaram os republicanos dos Fortes do Itapoam e da Ilha do Junco, na estreita entrada da Lagoa dos Patos, no rio Guaíba³. Neutralizaram a interferência de barcos farrapos, na navegação imperial, ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça).

Logo a seguir, em 1839, teve lugar a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina visando à conquista de um porto de mar, em Laguna, para República Rio-grandense. O Capitão José Garibaldi, Comandante da Marinha da República, depois de construir os lanchões *Seival* e *Farroupilha* no estaleiro do rio Camaquã, atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio Tramandaí. Fez então longa e épica travessia, com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão *Seival*, em razão de o *Farroupilha* haver sido engolido por uma tempestade em alto-mar⁴. Proclamada a efêmera República Juliana, ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra republicana pela esquadra imperial, no combate naval de Laguna, de 15 de novembro de 1839.

A expedição a Laguna, em julho de 1839, acompanhada do

abandono definitivo da causa republicana, para um período de neutralidade, pelo General Bento Manuel Ribeiro, em 18 de julho de 1839, teve um lugar com o Partido Liberal no poder no Rio, desde abril de 1839.

Assim, com a malograda expedição a Laguna e abandono da causa republicana pelo General Bento Manuel, encerrou-se a fase áurea da República Rio-grandense, com Capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial *O Povo*.

4ª FASE DECLÍNIO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

18 de julho de 1839

a dezembro de 1842

(cerca de 3 anos e 6 meses)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com a derrota naval em Laguna, em 15 de novembro de 1839 e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus) a 14 de dezembro de 1839, em que forças retirantes de Santa Catarina, ao comando do Coronel Teixeira Nunes, bateram e dispersaram a Divisão Paulista, ou Divisão da Serra, que invadira Rio Grande, a partir de Lages, em Santa Catarina.

O ano de 1840 foi inicialmente de equilíbrio. Assumiu o comando das Armas da Província o General Manoel Jorge Rodrigues. Ele decidiu logo por atacar os republicanos que sitiavam Porto Alegre.

Planejou desbordar o sítio como o tentara duas vezes, sem êxito, o General Elzeário. Só que agora com mais forças e depois de operar junção, na margem direita do rio Cai, com coluna ao mando do Brigadeiro oriental Izaías Bonifácio Calderón, após partir do canal São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a Capital da República. Como resultado desta manobra teve lugar, em 3 de maio de 1840, a indecisa Batalha de Taquari e, no campo estratégico, a consolidação do sítio republicano de Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por esta época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram então lugar as primeiras gestões visando à pacificação. Circunstância coincidente com a maioria de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, no Rio, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, mas assinalado por nobres gestos dos Comandantes rivais Bento Gonçalves e Coronel Antonio Soares de Paiva.

A falta de Infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a presidência em São Gabriel.

Assumiu a Presidência do Rio Grande o General Soares Andréia, futuro Barão de Caçapava. Concentrou seu esforço em obrigar os republicanos a levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréia, com o concurso de forças navais e terrestres, em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam. Lançou contra eles, a partir de Santa Catarina, uma Divisão ao comando do General Pedro Labatut, reedição da malograda Divisão Paulista ou Divisão da Serra. Assim, Porto Alegre serviria de bigorna e a Divisão Labatut de martelo. Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e a Campanha, Andréia deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiados de Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da Ilha do Fanfa. Para fugir à armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também a atingir Campanha por um amplo movimento desbordante que foi o mais épico feito terrestre farrapo. Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari, mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre.

Andréia, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiados, ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre. A partir dessa vitória, as forças da terra imperiais, com apoio naval, foram-se espraizando e se fixando em pontos fortes e ao longo das barrancas norte do rio Jacuí e afluentes e confinando os republicanos na Campanha Rio-grandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta), tendo como Capitais

São Gabriel e depois Alegrete. Nas Missões, com pontos fortes em São Borja e Cruz Alta. A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

O General João Paulo dos Santos Barreto, agora o Comandante imperial, concentrou seu Exército, forte com 5 mil homens, na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e travar uma batalha campal com os republicanos. E, assim, procedeu a uma longa marcha pela Campanha, de 4 de março a 13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas. Chegou ao final, na estância do Carmo, à margem direita de Ibicuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé, a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções. Enquanto acreditava estarem os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas típica da área então chamada guerra de recursos.

Aproveitando o insucesso desse *raid*, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte.

O Governo central, desde março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu o General João Paulo pelo Marechal Tomás Joaquim Pereira Valente e Conde do Rio Pardo. Este, durante o longo período de 14 meses, não alterou o quadro estratégico.

O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a preparar-se logisticamente, ou seja, refazer-se dos desgastes sofridos pelo General João Paulo. Recebeu esforços de 5.450 homens, ou metade do efetivo total dos 11 mil enviados ao Sul, desde 1835.

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou, pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavar. Discórdia que se evidenciou, mais tarde, na instalação da Assembléia Constituinte, em Alegrete, em 1º de dezembro de 1842, ocorrida cerca de 20 dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre, a Presidência da Província, cumulativamente com o Comando-das-Armas.

5ª FASE A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE

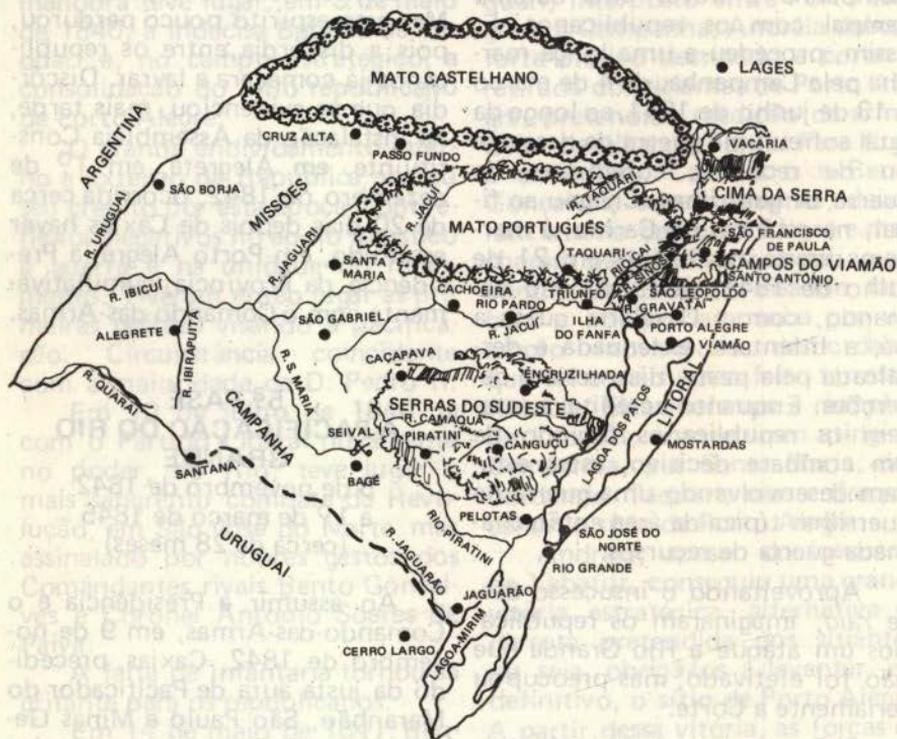
5 de novembro de 1842
a 1º de março de 1845
(cerca de 28 meses)

Ao assumir a Presidência e o Comando-das-Armas, em 9 de novembro de 1842, Caxias, precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico: a tropa imperial, forte de 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte de São Gonçalo, em Pelotas e em Porto Alegre e em Rio Pardo.

O grosso do Exército acampava no estratégico Passo de São

REVOLUÇÃO FARROUPILHA – DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS NO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

TEATRO DA GUERRA



Piratini e Caçapava, as duas primeiras Capitais farrapas,
buscaram abrigo nas serras do Sudeste

ATUAL RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

TEATRO DE GUERRA

- ⊙ Sedes municipais que foram Capitais da República
- Outras sedes municipais
- Outras localidades servidas pelos Correios, menos Passo Fundo
- A Campanha no tempo dos Jesuítas chamou-se Vacaria do Mar e depois Estâncias Jesuíticas (em número de 11)
- ~ Divisões municipais
- ☼ Limites



Lourenço, no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul. Era passo-chave para o ingresso na Campanha Rio-grandense e nas Missões. Já fora usado para concentrar o Exército Demarcador de Gomes Freire, na Guerra Guarânica (1754-56), pelo Marquês de Barbacena, para concentrar o Exército do Sul, depois de Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827) e depois pelo General João Paulo em 1841, para investir a Campanha.

O grosso do Exército estava desmontado, mas refeito logisticamente da desgastante expedição do General João Paulo.

A Marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: Lagoa dos Patos e Mirim e rio Jacuí etc.

Os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3.500 homens. Estavam com o controle de quase todas as cavalhadas da Província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pelo Exército Imperial.

Nas Missões, com base em São Borja, atuava o Coronel Joaquim Teixeira Nunes e, com base em Cruz Alta, o Tenente-Coronel Gomes Portinho. Em Cima da Serra atuavam contingentes republicanos esparsos.

Caxias iniciou a campanha transportando, por terra, 7 mil cavalos de Riñcão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro em Passo São Lourenço. Atravessou o corte de São Gonçalo no passo da Barra. Depois de costear a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí, por cerca de 80 lé-

guas, atingiu o Passo São Lourenço. Caxias desenvolveu esforços nos seguintes pontos, o que conseguiu plenamente, em que pese desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro, de desgastar e evitar o combate (guerra de recursos):

1) Conquistar superioridade em cavalhadas, relativamente aos republicanos, e com isto superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar.

2) Ocupar as povoações da Campanha e Missões com Infanteria e Polícia e fortificá-las, se necessário, com trincheiras, caso de Cançu, ou com fortes, caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz);

3) Melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases terrestres e navais);

4) Abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí e em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina;

5) Fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos;

6) Fazer transportar sua Infanteria a cavalo e abrir mão da Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão;

7) Com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas fechar as fronteiras em Santana e nos rios Quaraí e Uruguai, às imigrações dos republicanos;

8) Estimular, no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina, a reação e cooperação econômica e militar de imperiais ou dissidentes

dos republicanos imigrados naqueles países ou por eles neutralizados no Rio Grande;

9) Desenvolver em Passo do Rosário, Rincão Del Rey, em Rio Pardo, e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invernações de cavalo para manter a mobilidade de seu Exército superior a dos republicanos;

10) Não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando dela recursos, como havia feito o General João Paulo (mandando, inclusive, recuperar a igreja de Canguçu, que estava quase em ruínas);

11) Proteger a invernação de Rincão dos Touros (Torotama), inclusive com auxílio da Marinha, no corte de São Gonçalo e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini), de onde podiam partir ataques;

12) Oferecer o perdão e anistia aos que depusessem armas (18 de dezembro de 1844);

13) Tratar da paz em condições honrosas, negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração aos negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império;

14) Forçar o grosso dos republicanos para a Serra dos Tapes e região entre a fronteira no Jaguarão e rio Camaquã;

15) Conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de Oficiais rio-grandenses especializados naquele modo de luta típica das

coxilhas que se estava travando. Assim, recorreu ao Brigadeiro Bento Manoel e ao Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, ou Chico Pedro, conhecedores da terra e gente rio-grandenses;

16) Lançar no centro do "reduto mais farrapo", a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu) com base de operações em Canguçu, atual, no orográfico desta serra, a ala direita do seu Exército, ao comando do citado Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, o mais competente guerrilheiro imperial;

17) Lançar no momento decisivo suas reservas em cavalos, de Rincão dos Touros, para fechar a fronteira do Jaguarão à Revolução, ao único apoio externo que recebiam através do General Rivera;

18) Conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalhadas republicanas e de seus soldados, por negar-lhes apoio nas povoações, quebrando uma tradição na área, de interromper a guerra no inverno;

19) Desenvolver esforços para arruinar cavalhadas republicanas. Isto por obrigá-los à intensa movimentação, ao combater no inverno, por fechar-lhes as fronteiras a importações de cavalos, por localizar e tomar suas invernações e proteger as invernações imperiais de Passo do Rosário, Rincão del Rey e Rincão dos Touros de incursões como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma malograda sobre Rincão dos Touros;

20) Procurar apressar a paz para prevenir interferência de Rosas

e até da Inglaterra, que esboçou desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura, em seu *Diário*. Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, dois combates de Canguçu e o combate do Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana. Em 1º de março de 1845, em Ponche Verde, foi selada a Paz da Revolução Farrroupilha.⁶

Foi o reencontro da Família Brasileira envolvida em lutas fratricidas desde a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na Presidência da Província do Rio Grande. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se desde então afetivamente aos rio-grandenses republicanos, que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70).

A Revolução Farrroupilha, se por um lado foi mal para a Unidade Nacional, pelas cerca de 3 mil vidas que imolou, resultou um benefício para a preservação da Soberania e Integridade Nacionais, por haver-se constituído num laboratório de táticas e de formação de chefes de Cavalaria para as guerras externas de 1851-52 e 1864-70, onde imperiais e republicanos marcharam irmanados lado a lado, ombro a ombro, em defesa da Soberania e da Integridade do Brasil.

Mais da metade do Exército Imperial esteve no final da Revolução Farrroupilha ao comando de Caxias.

Na ação de Caxias, observa-se a ênfase que emprestou aos princípios de guerra da manobra, da ofensiva, da segurança e da unidade de comando.

Com isto pôde enfrentar a estratégia do fraco contra o forte, ou a guerra de guerrilhas nas coxilhas do Rio Grande, baseada nos princípios da guerra da manobra, da segurança, da economia de meios e, fundamentalmente, da surpresa.

CONCLUSÕES

Quando tiveram início as negociações de paz que culminaram com a Paz de Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Wiedersphan os farrapos reconheciam a precariedade de sua situação, confinados a uma área da Província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado como base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do Governo e administração civil, vagando sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias. D. Pedro II decidiu ainda terminar a guerra nas condições propostas pelos farrapoilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disto encarregou Caxias que, desde então, declarou "estar disposto a carregar com qualquer responsabilidade, que possa sobrevir, uma vez que tenho consciência de que obro no bem da Província e do Brasil".

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o pelotense Tenente-Coronel Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por David Canabarro para deliberarem sobre a Paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizo da carta a Canabarro, de 22 de fevereiro de 1845, da Estância do Velho Netto.

“Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a guerra se escazeiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer idéia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual. Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a *história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar*” (o grifo é do autor).

E, em carta de 6 de março de 1845, a Dionísio Amaro da Silva, 5 dias depois da Paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a Caxias ao escrever:

“Sabes melhor que ninguém que aceitei a negociação da paz ao ponto de ir convosco ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para aquele efeito ali havia ido. Sabes que o mesmo Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz verdadeiramente digna de ambas as partes. . . Por fim temos uma paz em que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses,

que, não podendo fazer-nos publicamente a paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, fez-nos o Barão o que já não podíamos esperar, salvando assim, em grande parte, nossa dignidade.”

Finalizando a carta, escreveu:

“Sigo para a minha pequena fazenda unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do país.”

Bento Gonçalves em realidade foi quem fez as primeiras sondagens da paz com Caxias e das quais resultou o esboço que se concretizou.

Caxias então mandou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz solicitadas pelos farrapos, que, desde que não fosse a separação da Província, podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades.

Assinada a paz, Caxias teve dificuldades, por pressão dos escravocratas, de cumprir a Cláusula IV: “São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram a República Rio-grandense.”

Os escravocratas a julgavam uma afronta ao direito de propriedade. Chegaram a exigir o cumprimento do Artigo 5 das Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, enviadas a Caxias;

“Art. 5º — Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Gover-

no Imperial, que lhes dará o conveniente destino.”

Canabarro ia cedendo, no que foi desestimulado por Vicente da Fontoura. Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres lanceiros negros farrapos do 1º Grupo de Lanceiros e de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro inicialmente como escravos estatizados. Lanceiros negros farrapos sobre os quais escrevemos em *O Negro na Sociedade do RGS* (Porto Alegre, IEL, 1975).

Maç o Barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida, antes de embarcarem para a Fazenda de Santa Cruz no Rio, com a condição de não retornarem ao Rio Grande. Aplicou, então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838, que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais.⁷

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava manter escravos, fora do Rio Grande, os negros que lutaram pela República, e a libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República e enviando-os, nesta condição, para a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

São aspectos importantes de dois destacados chefes brasileiros que foram estudados pelo rio-grandense, filho de Montenegro, Henrique Oscar Wiedersphan, em sua alentada obra sobre a Revolução.

GUERRA DE GUERRILHAS FARRAPA

A guerra de guerrilhas desenvolvida pelos republicanos na Campanha, antigo território de Vacaria do Mar e depois território das 11 estâncias jesuíticas, possui suas raízes na Guerra Guaraniática de 1754-56. Então, sob a liderança do índio Sepé Tiaraju e, depois de sua morte, por seus substitutos, foi levada a efeito uma guerra de desgaste contra os Exércitos da Espanha e Portugal, a partir de Bagé e até os Sete Povos.

Na invasão de Vertiz y Salcedo pela Campanha, em 1774, o mesmo tipo de guerra foi levado a efeito por Rafael Pinto Bandeira e seus guerrilheiros contra o invasor.

Este tipo de guerra possui ações preventivas, consistentes em remover dos possíveis caminhos de invasões do Rio Grande o gado vacum, muar e cavalar nele existentes, para afetar a alimentação e transportes do invasor. Ou procurava, como objetivo militar, arrebatá-los dos oponentes suas cavalhadas e vacuns, o que equivalia a tirar sua mobilidade e capacidade de alimentação.

Esta guerra de desgaste aperfeiçoou-se nas guerras ocorridas no Rio Grande até à Revolução Farrroupilha e prolongou-se pelo menos até a Coluna Prestes, composta significativamente de gaúchos revolucionários de 1923, hábeis na guerra de desgaste, e sua decorrência, a guerra de movimento, sem a busca de encontro decisivo, ou fuga de um encontro, para durar o

máximo na ação e assim atingir objetivos políticos.

REPUBLICANO FEDERATIVO — SEPARATISMO DOS FARRAPOS

Já faz quase século e meio que se discute o caráter da Revolução Farrroupilha. Para muitos foi separatista. Para outros, ela foi republicano-federativa. Entre estes, registro dentre muitos Fernando Luiz Osório e seu filho de mesmo nome, respectivamente filho e neto do Marechal Manoel Luiz Osório, além de biógrafos desse grande cidadão e soldado brasileiro.

O General Souza Docca defendeu arduamente esta tese como agora o faz seu sobrinho Calvet Fagundes. Este procura provar que o caráter de República e Federação da Revolução havia sido estratégia definida antes da Revolução, pelo seu estrategista político, o Dr. Marciano Ribeiro, médico mineiro que presidiu o primeiro Governo revolucionário farrapo.

Inclino-me para esta tese e chamo em meu favor o *Manifesto de Bento Gonçalves* emitido de Piratini, em 1838, e, 1 ano depois, a *Proclamação aos Catarinenses*, do Coronel Joaquim Teixeira Nunes, convidando-os a se federarem ao Rio Grande.

Para o filho do General Osório a idéia de separatismo da Revolução Farrroupilha, ainda predominante fora do Rio Grande ao seu tempo, era fruto do ambiente con-

juntural fora do Rio Grande ao tempo da Revolução, visando a confundir a opinião pública, através da propaganda imperial, o que é normal num fato dessa natureza. Tempo de guerra é mentira como terra.

Conceito conjuntural que chegou até ele, e até nesses dias, "sem a crítica devida ou curiosidade intelectual de examinar o tema com isenção."

Enfim, é ainda assunto até hoje polêmico entre rio-grandenses e não-rio-grandenses.

Assim sendo, recorreremos aos depoimentos feitos por duas grandes personalidades não-rio-grandenses. O primeiro, do General Augusto de Tasso Fragoso, maranhense, considerado o Pai da História Crítica do Exército ao escrever a *Revolução Farrroupilha* (Rio, Bibliex, 1938), o mais importante estudo crítico-militar da Revolução. No citado trabalho, embora apóstolo da unidade e da integridade territorial, ele escreveu:

"Muitos farrapos caíram heroicamente na luta, sem que possamos saber-lhes os nomes e glorificá-los como merecem. Eles foram propagadores de grandes idéias, notadamente da organização republicana e da emancipação dos escravos."

E o grande poeta Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar do Brasil, em sua memorável campanha específica, depois de auscultar a alma nacional de norte a sul, escreveu:

"Os farrapos, esses primeiros criadores de nossa liberdade polí-

tica, não olhavam para si. Olhavam para a estepe infinita que os cercava e para o infinito céu que os cobria. E nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer ao ar livre o seu grande ideal de justiça e fraternidade”, que se traduzia por República e Federação.

NOTAS

1. REICHART, H. Canabarro. *Vida de David Canabarro*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1932.

2. SAN MARTIN, Olyntho. *Bento Manoel Ribeiro*, Porto Alegre, Livraria do Centro, 1935.
 3. BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS*, Porto Alegre, IEL, 1975 (ver Greenfell).
 4. ———. *A Grande Festa dos Lanceiros*, Recife, UFTPE, 1971 (Garibaldi, Lanchão Seival, John Griggs).
 5. WIEDERSPHAN, H. O. *O General Farrroupilha João Manoel de Lima e Silva*, Porto Alegre, Sulina, 1984, f. 130.
 6. ———. *Convênio de Ponche Verde*, Porto Alegre, Sulina, 1980.
 7. ———. "Anais do Congresso de História do Segundo Reinado", *RIHGB*, 1984. V. 2 (185-244), *op. cit.* nota 6.



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dummont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho — A História do Brasil através de seus Fortes — foi distribuído como brinde pela GBOEx.